

Aviso de
**CONTRATAÇÃO
DIRETA**

0006/2024

CONTRATANTE (741000)

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

OBJETO

Aquisição de materiais para reparo do escaler Elétron – pertencente a DGMM.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 41.143,50

DATA DA SESSÃO

De / /2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das h até h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- MENOR PREÇO POR ITEM;

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	4
3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	5
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	6
5. FASE DE LANCES.....	8
6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
7. HABILITAÇÃO.....	10
10. CONTRATAÇÃO.....	13
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 0006/2024

(Processo Administrativo n.º 63014.002810/2024-47)

Torna-se público que o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, por meio da seção de compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço* na hipótese do art. 75, inciso II nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão:

Horário da Fase de Lances: às hrs.

Link:

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de aquisição de materiais para reparo do escaler Elétron, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

1.3. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1.3.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

1.3.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

1.3.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.4. *Para todos os grupos a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

1.4.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

1.4.2. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.*

1.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

1.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

1.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de

5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

1.5.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

1.5.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

1.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

1.7. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

1.8. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

1.8.1. *O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

1.8.2. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo*

1.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

1.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

1.10.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.10.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.12. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

1.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.14. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

1.15. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

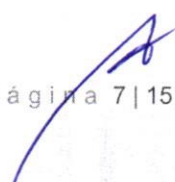
1.15.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.15.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

1.15.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

1.15.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

1.15.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



- 1.16. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FASE DE LANCES

- 1.17. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 1.18. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.18.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor total por item*.
- 1.19. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 1.19.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 1.19.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *um real (R\$1,00)*.
- 1.20. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 1.21. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.22. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 1.23. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 1.23.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 1.24. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
- 1.24.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 1.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em

razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

- 1.25. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 1.26. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 1.27. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 1.5. e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 1.27.1. SICAF;
 - 1.27.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 1.27.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 1.28. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 1.29. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - 1.29.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - 1.29.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - 1.29.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 1.30. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 1.31. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 1.31.1. contiver vícios insanáveis;
 - 1.31.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 1.31.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 1.31.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 1.31.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 1.32. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 1.32.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 1.32.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 1.33. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 1.34. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 1.34.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 1.34.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 1.35. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 1.36. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 1.37. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 1.38. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 1.39. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 1.40. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - 1.40.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 1.40.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 1.41. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 24 horas sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).
- 1.42. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

- 1.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 1.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 1.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 1.46. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*
- 1.46.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre os itens de menor valor cuja retirada seja suficiente para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*
- 1.47. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 1.48. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 1.48.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 1.49. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 1.50. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitido uma nota de empenho
- 1.51. O adjudicatário terá o prazo de 1 (*um dia*) *dia útil*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o aceitar instrumento equivalente, no caso, a nota de Empenho*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 1.51.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.52. *O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
- 1.52.1. *Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 1.52.2. *A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

1.52.3. *A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

1.53. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

1.54. No aceite do instrumento equivalente, no caso, a nota de empenho, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.55. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

1.55.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

1.55.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.55.3. dar causa à inexecução total do contrato;

1.55.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

1.55.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

1.55.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.55.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

1.55.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

1.55.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

1.55.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

1.55.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

1.55.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

1.55.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.56. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 1.55.1. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 1.55.1. a 1.55.12.;

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 1.55.2. a 1.55.7. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 1.55.8. a 1.55.12., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

1.57. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.58. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.59. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.60. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.61. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.62. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.63. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

1.64. a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.65. as peculiaridades do caso concreto;

1.66. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.67. os danos que dela provierem para o Contratante;

1.68. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.69. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.70. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.71. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.72. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.73. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.74. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

1.74.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

1.74.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

1.74.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

1.74.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

1.75. As providências dos subitens 1.74.1. e 1.74.2. também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

1.76. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

1.77. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

1.78. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

1.79. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

1.80. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.81. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.82. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.


1.83. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

1.84. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

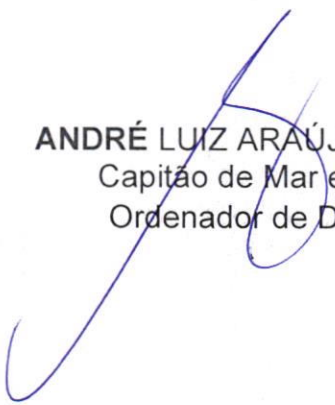
1.85. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.85.1. ANEXO I

1.85.2. – Termo de Referência

 , 18 de abril de 2024

Aprovo:


ANDRÉ LUIZ ARAÚJO CAMPOS
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesa



MARINHA DO BRASIL

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

DIVISÃO DE PLÁSTICOS E MADEIRAS (AMRJ - 247)

TR Nº 24/007/2024

(Processo Administrativo nº)

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de materiais para reparo do Escaler Elétron da Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANT	UF	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RESINA POLIÉSTER INSATURADA, ISOFTÁLICA, COM NEOPENTIL GLICOL, NÃO ACELERADA, PROPRIEDADES: VISCOSIDADE BROOKFIELD A 25°C: 320 A 480 CP, MATÉRIA SECA A 105°C: 55 A 57%, ÍNDICE DE ACIDEZ: MÁX. 10 MGKOH/G, CURVA EXOTÉRMICA (100G DE RESINA, 0,5% DE NAFATENATO OU OCTOATO DE COBALTO 6% DE METAL E 1,0% DE PERÓXIDO DE METIL-ETIL-CETONA): TEMPO DE GEL DE 6 A 8 MIN, TEMPERATURA MÁXIMA DE 170 A 190°C, TEMPO MÍNIMO DE CURA DE 22 A 32 MIN. REFERÊNCIA: REICHOLD POLYLITE 10134-00 OU SIMILAR.	601073	100	KG	R\$ 119,27	R\$ 11.927,00
2	GELCOAT BRANCO DE BASE ISOFTÁLICA COM NEOPENTILGLICOL, COM BOA RESISTÊNCIA À LUZ UV E À ABSORÇÃO DE ÁGUA, REFERÊNCIA:REICHOLD NORPOL NGA 20.000-S BRANCO OU SIMILAR.	291000	5	KG	R\$ 214,33	R\$ 1.071,65
3	CERA DESMOLDANTE, À BASE DE CARNAÚBA, PARA PEÇAS DE COMPÓSITO CONFECCIONADAS COM RESINA POLIÉSTER, LATA 425G, REFERÊNCIA: POLIVOX TECGLAZE-N OU SIMILAR.	302869	1	UNID.	R\$ 67,07	R\$ 67,07
4	DESMOLDANTE LÍQUIDO, À BASE DE ÁLCOOL POLIVINÍLICO, APLICAÇÃO: UTILIZADO PARA DESMOLDAGEM DE PEÇAS DE MATERIAL COMPÓSITO CONFECCIONADAS COM RESINA POLIÉSTER, DENSIDADE: 1,19 KG/L, FRASCO DE 1 LITRO, REFERÊNCIA: DESMOLDANTE LÍQUIDO VERDE FIBERGLASS OU SIMILAR.	474803	1	L	R\$ 46,75	R\$ 46,75

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

5	MONÔMERO DE ESTIRENO.	291002	15	L	R\$ 39,13	R\$ 586,95
6	CATALISADOR PARA RESINA POLIÉSTER INSATURADA, COMPOSIÇÃO: PERÓXIDO DE METIL-ETIL-CETONA (MEKP). REFERÊNCIA: BUTANOX M50 OU SIMILAR.	291076	1	KG	R\$ 79,09	R\$ 79,09
7	ACELERADOR DE COBALTO, LÍQUIDO, EMPREGADO EM RESINA POLIÉSTER INSATURADA NÃO ACELERADA, NO SISTEMA CATALISADOR/ACELERADOR MEKP/Co, COMPOSIÇÃO: NAFTENATO OU OCTOATO DE COBALTO 6% DE METAL, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	291077	1	KG	R\$ 110,66	R\$ 110,66
8	VERNIZ PARA ACABAMENTO DE DECK BRILHANTE COM PROTEÇÃO PARA UV, FUNGOS E BOLORES, DE SECAGEM RÁPIDA. COR NATURAL. LATA DE 3,6L. REFERÊNCIA: VERNIZ SPARLACK CETOL DECK OU SIMILAR.	226325	2	UNID.	R\$ 350,51	R\$ 701,02
9	ÁLCOOL ETÍLICO 96%	346632	10	L	R\$ 9,48	R\$ 94,80
10	REDUTOR À BASE DE HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, ÁLCOOIS, NAFTA HIDRODESSULFURIZADA PESADA E ÉSTERES, DESTILAÇÃO PONTO INICIAL: 78°C, 50%: 109°C, PONTO FINAL: 112°C, PESO ESPECÍFICO A 20°C: 0,824 ± 0,003 G/M ³ , APLICAÇÃO: DILUIÇÃO DE PRIMERS E ESMALTES SINTÉTICOS INDUSTRIAIS E AUTOMOTIVOS, E LIMPEZA DE PINCÉIS, ROLOS E EQUIPAMENTOS DE PINTURA. LATA DE 5L. REFERÊNCIA: REDUTOR THINNER EXTRA TEMPO 1101 OU SIMILAR.	453111	9	UNID.	R\$ 158,00	R\$ 1.422,00
11	RESINA EPÓXI LÍQUIDA, NÃO MODIFICADA, DE ALTA VISCOSIDADE, FORMULADA À BASE DE BISFENOL A E EPICLORIDRINA, PROPRIEDADES: VISCOSIDADE (DIN 53015): 12000-16000 MPAS-25°C, PES. ESPEC. A 20°C: ~1,20 G/CM ³ , EQUIVALENTE EPÓXI: 185- 196 G/EQ, TEOR EPÓXI: 5,1/5,4 EQ/KG, COR (GARDNER) ≤ 3, ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 1KG, COMPATÍVEL COM ENDURECEDOR HUNTSMAN ARADUR 125-1BR, REFERÊNCIA: HUNTSMAN ARLDITE GY-260 OU SIMILAR.	280452	3	KG	R\$ 290,00	R\$ 870,00
12	ENDURECEDOR PARA RESINA EPÓXI, LÍQUIDO, À BASE DE POLIAMIDOAMINA. PROPRIEDADES: VISCOSIDADE: 600-900 MPAS-75°C, PES. ESPEC. A 20°C: 0,97G/CM ³ , ÍNDICE DE AMINA: 330-360 MGKOH/G, COR (GARDNER) ≤ 9, ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO, EMBALAGEM DE 1KG, COMPATÍVEL COM RESINA EPÓXI HUNTSMAN ARLDITE GY-260, REFERÊNCIA: HUNTSMAN ARADUR 125-1BR OU SIMILAR.	280452	3	KG	R\$ 290,00	R\$ 870,00
13	TALCO INDUSTRIAL, FÓRMULA MG3H2(SIO4)3, PESO MOLECULAR 352,5, MALHA 325, IMPUREZA MÁX. 10%; CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: RETENÇÃO # 325: 0,950±3,22%, VOLUME APARENTE 31,8±1,917 CM ³ , DENSIDADE APARENTE 1,265 ± 0,0805 G/CM ³ ; ALVURA: 82,62 ± 1,108° - ISO; CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS: CARBONATO TOTAL: 80,50± 3,32%, CÁLCIO LIVRE: 16,872 ± 0,769%, MAGNÉSIO LIVRE: 10,94± 1,380%, RESÍDUO INSOLÚVEL: 19,765 ± 3,873%; COMPOSIÇÃO QUÍMICA: FE2O3: 1,87%, CAO: 10,18%, SIO2: 31,85%, MGO: 27,16%, AL2O3: 4,72%, PERDA AO FOGO: 20,29%, ABSORÇÃO EM ÁGUA: 6,50%, VOLUME APARENTE: 29,00. REFERÊNCIA: TALCO SÃO JORGE OU SIMILAR.	250313	6	KG	R\$ 18,50	R\$ 111,00
14	PIGMENTO EM PÓ COR AMARELO. CAIXA DE 250G. REFERÊNCIA: PIGMENTO XADREZ COR AMARELO EM PÓ OU SIMILAR.	460647	2	UNID.	R\$ 14,00	R\$ 28,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

15	SELANTE ELÁSTICO MONOCOMPONENTE À BASE DE POLIURETANO, COR BRANCA, CARTUCHO DE 300ML. REFERÊNCIA: SIKAFLEX UNIVERSAL OU SIMILAR.	478948	3	UNID.	R\$ 59,96	R\$ 179,88
16	MANTA DE FIBRA DE VIDRO C/ GRAMATURA 300G/M² (MANTA 300), COMPATÍVEL COM RESINAS POLIÉSTER. TAMANHO DO ROLO 1,4M.	291001	10	KG	R\$ 79,00	R\$ 790,00
17	TECIDO DE FIBRA DE VIDRO, BIDIRECIONAL 0°/90°(WOVEN ROVING), TECELAGEM SIMÉTRICA TIPO TELA, GRAMATURA 600 G/M², ROLO COM LARGURA DE 1,40M.	459905	5	KG	R\$ 105,00	R\$ 525,00
18	TECIDO DE FIBRA DE VIDRO BIDIRECIONAL 0°/90°, TELA 1X1, GRAMATURA 280G/M², TIPO FÊNIX OU SIMILAR	360572	2	KG	R\$ 214,33	R\$ 428,66
19	VÉU DE SUPERFÍCIE (MANTA DE FIBRA DE VIDRO TIPO VÉU DE NOIVA)	477078	1	KG	R\$ 223,33	R\$ 223,33
20	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL, GRÃO 80 LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM	264891	12	UNID.	R\$ 2,83	R\$ 33,96
21	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL GRÃO 100, LARG.225 MM X COMPR.275 MM.	320249	40	UNID.	R\$ 0,93	R\$ 37,20
22	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL, GRÃO 120 LARG. 225 MM X COMPR. 275 MM	320251	10	UNID.	R\$ 1,22	R\$ 12,20
23	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL GRÃO 180 LARG 225MMX COMP 275 MM.	320252	30	UNID.	R\$ 0,78	R\$ 23,40
24	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL GRÃO 220 LARG 225MMX COMP 275 MM.	238453	30	UNID.	R\$ 0,73	R\$ 21,90
25	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL GRÃO 280 LARG 225MMX COMP 275 MM.	320257	30	UNID.	R\$ 1,68	R\$ 50,40
26	LIXA D'ÁGUA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO SOBRE PAPEL IMPERMEÁVEL GRÃO 320 LARG 225MMX COMP 275 MM.	320258	30	UNID.	R\$ 0,93	R\$ 27,90
27	DISCO DE LIXA PRODUZIDO COM GRÃO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, COSTADO DE FIBRA, GRÃO 24, D.N 180 MM X FURO 22 MM, APLICAÇÃO: INDICADO PARA DESBASTE E REMOÇÃO DE TINTAS E OXIDAÇÃO LEVE OU PESADA. REFERÊNCIA: DISCO DE FIBRA 180 MM X 22 MM NORTON F-224 METALITE GRÃO 24 OU SIMILAR.	345607	12	UNID.	R\$ 7,27	R\$ 87,24
28	DISCO DE LIXA PRODUZIDO COM GRÃO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, COSTADO DE FIBRA, GRÃO 36, D.N 180 MM X FURO 22 MM, APLICAÇÃO: INDICADO PARA DESBASTE E REMOÇÃO DE TINTAS E OXIDAÇÃO LEVE OU PESADA. REFERÊNCIA: DISCO DE FIBRA 180 MM X 22 MM NORTON F-224 METALITE GRÃO 36 OU SIMILAR.	345607	12	UNID.	R\$ 8,81	R\$ 105,72
29	LIXA EM FOLHA COSTADO DE PANO DE 225MM DE LARG X 275MM DE COMP, GRÃO 60, COM GRÃO ÓXIDO DE ALUMÍNIO MARROM, APLICAÇÃO: INDICADA PARA PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE FERROS, METAIS, REMOÇÃO DE PINTURA ANTIGA E FERRUGEM. REFERÊNCIA: FOLHA DE LIXA FERRO NORTON K-246 GRÃO 60 OU SIMILAR.	232463	12	UNID.	R\$ 1,76	R\$ 21,12
30	LIXA EM FOLHA COSTADO DE PANO DE 225MM DE LARG X 275MM DE COMP, GRÃO 100, COM GRÃO ÓXIDO DE ALUMÍNIO MARROM, APLICAÇÃO: INDICADA PARA	231507	12	UNID.	R\$ 1,65	R\$ 19,80

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

	PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE FERROS, METAIS, REMOÇÃO DE PINTURA ANTIGA E FERRUGEM. REFERÊNCIA: FOLHA DE LIXA FERRO NORTON K-246 GRÃO 100 OU SIMILAR.					
31	LIXA EM FOLHA COSTADO DE PANO DE 225MM DE LARG X 275MM DE COMP, GRÃO 120, COM GRÃO ÓXIDO DE ALUMÍNIO MARROM, APLICAÇÃO: INDICADA PARA PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE FERROS, METAIS, REMOÇÃO DE PINTURA ANTIGA E FERRUGEM. REFERÊNCIA: FOLHA DE LIXA FERRO NORTON K-246 GRÃO 120 OU SIMILAR.	230655	12	UNID.	R\$ 1,62	R\$ 19,44
32	PREGO 16 X 24	444583	2	KG	R\$ 16,70	R\$ 33,40
33	BARRA ROSCADA 3/8" X 1000MM, MATERIAL: AÇO INOX AISI316.	348507	10	UNID	R\$ 71,54	R\$ 715,40
34	CUMARU EM PRANCHÃO, DIMENSÕES: 6M X 0,30M X 0,08M.	319237	2	UNID.	R\$ 2.276,99	R\$ 4.553,98
35	CHAPA DE MDF, COR BRANCA, TEXTURIZADA, DUPLA FACE, DIMENSÕES: 2,75M X 1,83M X 18MM	372525	2	UNID.	R\$ 442,63	R\$ 885,26
36	CHAPAS DE PINHO COMPENSADO 2,20M X 1,60M X 20MM.	275166	3	UNID.	R\$ 391,26	R\$ 1.173,78
37	RESPIRADOR DESCARTÁVEL, PEÇA SEMIFACIAL, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, PARA PROTEÇÃO CONTRA POEIRA, NÉVOAS E FUMOS (PFF2), CONTRA AEROSSÓIS SOLIDOS E LÍQUIDOS NÃO OLEOSOS, COM CLIPE NASAL METÁLICO, DOIS TIRANTES ELÁSTICOS, COMPOSIÇÃO: DOIS PAINÉIS DE NÃO-TECIDO E UM MEIO FILTRANTE EM MICROFIBRAS SINTÉTICAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE, REFERÊNCIA: MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA DOBRÁVEL 3M 9822+BR PFF-2(S) OU SIMILAR.	486892	100	UNID.	R\$ 0,82	R\$ 82,00
38	LUVA SEGURANÇA REUTILIZÁVEL, MATERIAL: BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO: G, APLICAÇÃO: SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REVESTIMENTO INTERNO COM FLOCOS DE ALGODÃO, FORMATO ANATÔMICO, PALMA E PONTA DOS DEDOS ANTIDERRAPANTE, CANO MÉDIO.	355687	60	PAR	R\$ 7,85	R\$ 471,00
39	VESTIMENTA DE PROTEÇÃO QUÍMICA E CONTRA PARTÍCULAS, TIPO 5 E TIPO 6, MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, MACACÃO SEM BOTA E COM CAPUZ, TAMANHO G, COM ELÁSTICO NOS PUNHOS, TORNOZELOS E NO CAPUZ, COR BRANCA, FECHAMENTO FRONTAL COM ZÍPER E SOBREPOSIÇÃO COM PALA. REFERÊNCIA: MACACÃO DUPONT TYVEK 500 OU SIMILAR.	316729	50	UNID.	R\$ 36,35	R\$ 1.817,50
40	PANO P/LIMP. DE MOTORES ISENTO DE UMID. E MOFO TIPO SACARIA, DIM. 50 X 80 CM, BRANCO ALVEJ. LAVADO, 220 G/M², FIBRA 98 A 100% ALGODÃO.	449786	20	KG	R\$ 7,44	R\$ 148,80
41	MASSA POLIR À BASE D'ÁGUA, ÍNDICE ABRASÃO: N°2, APLICAÇÃO: PINTURA AUTOMOTIVA, REMOVER MARCAS DE LIXAS.	265378	1	KG	R\$ 33,02	R\$ 33,02
42	ROLO PARA PINTURA, 100% LÃ DE CARNEIRO, COMPR. 9 CM, C/ CABO, RESISTENTE À TINTA EPÓXI.	397730	15	UNID.	R\$ 17,00	R\$ 255,00
43	ROLO PARA PINTURA, 100% LÃ DE CARNEIRO, COMPR. 15 CM, C/ CABO, RESISTENTE À TINTA EPÓXI.	372682	15	UNID.	R\$ 29,65	R\$ 444,75

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES – CONTRATAÇÃO DIRETA

44	TRINCHA 2" - CERDA GRIS ESPECIAL, VIROLA DE ALUMÍNIO	239398	12	UNID.	R\$ 4,99	R\$ 59,88
45	BALDE, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL ALÇA:ARAME GALVANIZADO, CAPACIDADE:10L, COR PRETA	216091	20	UNID.	R\$ 14,99	R\$ 299,80
46	TINTA ESMALTE SINTÉTICO DE ACABAMENTO ALTO BRILHO, COR BRANCO, LATA DE 3,6L. REFERÊNCIA: CORAL OU SIMILAR.	234805	4	GL	R\$ 166,21	R\$ 664,84
47	TINTA DE POLIURETANO DE ALTO BRILHO, USO NÁUTICO, EM FIBRA DE VIDRO, COR AZUL CELESTE, 3,6L (COMPONENTE A: 2,88L E COMPONENTE B: 0,72L). REFERÊNCIA: PERFECTION INTERNATIONAL OU SIMILAR.	340778	1	GL	R\$ 750,00	R\$ 750,00
48	TINTA DE POLIURETANO DE ALTO BRILHO, USO NÁUTICO, EM FIBRA DE VIDRO, COR BRANCO, 3,6L (COMPONENTE A: 2,88L E COMPONENTE B: 0,72L). REFERÊNCIA: PERFECTION INTERNATIONAL OU SIMILAR.	340776	4	GL	R\$ 816,61	R\$ 3.266,44
49	TINTA DE POLIURETANO DE ALTO BRILHO, USO NÁUTICO, EM FIBRA DE VIDRO, COR VERMELHO FERRARI, 3,6L (COMPONENTE A: 2,88L E COMPONENTE B: 0,72L). REFERÊNCIA: PERFECTION INTERNATIONAL OU SIMILAR.	340777	1	GL	R\$ 830,00	R\$ 830,00
50	TINTA PRIMER EPÓXI-ISOCIANATO BICOMPONENTE, APLICAÇÃO: FIBRA DE VIDRO, COR BRANCO, 3,6L (COMPONENTE A: 2,88L E COMPONENTE B: 0,72L). REFERÊNCIA: PRIMER INTERNATIONAL GALVERETTE OU SIMILAR.	407443	3	GL	R\$ 687,63	R\$ 2.062,89
51	SOLVENTE P/TINTA ALQUÍDICA E BETUMINOSA (AGUARRÁS), LATA C/5 LITROS, REFERÊNCIA: SUVINIL OU SIMILAR.	262861	2	UNID.	R\$ 75,51	R\$ 151,02
52	SOLVENTE P/TINTA POLIURETANO, LATA COM 5 LITROS. REFERÊNCIA: SOLVENTE 440.000 RENNER OU SIMILAR.	453111	4	UNID.	R\$ 286,56	R\$ 1.146,24
53	FITA DE PAPEL CREPE, DIM. 1" X 50 M, REFERÊNCIA: FITA CREPE 3M SCOTCH 2721 OU SIMILAR.	323863	8	UNID.	R\$ 5,24	R\$ 41,92
54	FITA DE PAPEL CREPE, DIM. 2" X 50 M, REFERÊNCIA: FITA CREPE 3M SCOTCH 2721 OU SIMILAR.	278972	3	UNID.	R\$ 9,70	R\$ 29,10
55	MASSA POLIÉSTER DE RÁPIDA SECAGEM FÁCIL LIXAMENTO INDICADA PARA CORREÇÃO DE DEFEITOS DE SUBSTRATOS E FIBRA DE VIDRO. LATA DE 750G. REFERÊNCIA: LAZZURIL INTERNATIONAL M3500 OU SIMILAR.	465507	14	UNID.	R\$ 45,31	R\$ 634,34
TOTAL						R\$ 41.143,50

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 50 (cinquenta) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento de Material - AFM, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5 Independente do CATMAT do item, só serão aceitos os materiais em conformidade com a especificação estabelecida para os itens elencados na tabela acima.

1.6 Os materiais a serem fornecidos deverão ser novos, genuínos e de boa qualidade, não sendo aceitos produtos usados, falsificados, reutilizados, de mercado paralelo ou de origem duvidosa, devendo ainda obedecer às normas e aos padrões da ABNT e demais normas nacionais e internacionais aplicáveis.

1.7 No momento da entrega, a validade do produto não poderá ser inferior a 80% de seu prazo total para os itens 1 e 2.

1.8 Os produtos deverão vir acompanhados de suas Fichas Técnicas emitidas pelos respectivos fabricantes, contendo suas especificações, assim como deverá ser apresentada a Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), no caso dos produtos químicos.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Atualmente, a Marinha do Brasil organiza o Circuito “Poder Marítimo” de Remo em Escaler, o qual é considerado um dos maiores eventos esportivos no âmbito da Marinha. Possui como principais propósitos, além do fomento à mentalidade marítima na população brasileira, o estímulo à prática do remo em escaler, um dos esportes mais tradicionais da Marinha. Para manter-se competitiva, é necessária a manutenção da embarcação a remo do tipo escaler, a qual sofre desgastes com o uso e com o tempo. Diante do exposto, visando atender ao calendário de competições, torna-se imprescindível o reparo do escaler Elétron, pertencente à Diretoria-Geral de Material da Marinha (DGMM), o qual será realizado com mão de obra orgânica pela Divisão de Plásticos e Madeiras (AMRJ-247) do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

2.2 O objeto da contratação está alinhado com o planejamento estratégico desta Organização Militar.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A solução consiste, basicamente, na compra dos materiais necessários para reparo do escaler em questão, englobando os itens necessários à manutenção da estrutura de plástico reforçado com fibra de vidro e do verdugo, além da pintura.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto devem ser atendidos os requisitos a seguir, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2.1 Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras (conforme Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021).

4.2.1.1 Se fabricante dos produtos ofertados:

4.2.1.1.1 Código 2 - 2 → Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares, correspondentes aos itens 20 a 31;

4.2.1.1.2 Código 3 - 10 → Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, correspondentes aos itens 32 e 33;

4.2.1.1.3 Código 7 - 1 → Serraria e desdobramento de madeira, correspondente ao item 34;

4.2.1.1.4 Código 7 - 3 → Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada, correspondentes aos itens 35 e 36;

4.2.1.1.5 Código 8 - 3 → Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada, correspondente aos itens 53 e 54;

4.2.1.1.6 Código 12 - 2 → Fabricação de artefatos de material plástico, correspondentes aos itens 16 a 19 e 45;

4.2.1.1.7 Código 15 - 1 → Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares, correspondentes aos itens 3, 4, 5, 6, 7, 12, 13 e 15;

4.2.1.1.8 Código 15 - 5 → Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, correspondentes aos itens 1, 2, 11, 37 a 39 e 55;

4.2.1.1.9 Código 15 - 9 → Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas, correspondente ao item 41;

4.2.1.1.10 Código 15 - 10 → Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes, correspondente aos itens 8, 10, 14 e 46 a 52; e

4.2.1.1.11 Código 15 - 15 → Produção de álcool etílico, metanol e similares, correspondente ao item 9.

4.2.1.2 Da futura contratada:

Código 18 - 7 → Comércio de produtos químicos e produtos perigosos, correspondentes aos itens de 1 a 12, 15, 41 e 46 a 52.

4.2.1.3 Da empresa que realiza o transporte:

Código 18 - 1 → Transporte de cargas perigosas correspondentes aos itens de 1 a 12 e 46 a 52.

4.2.1.4 Se distribuidor ou importador dos produtos ofertados, a futura contratada está isenta de apresentar o CTF e o respectivo Certificado de Regularidade, dado que exercício das atividades não se enquadrarem em nenhuma do Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2013, que traz a Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais do IBAMA.

4.2.1.5 Caso a futura contratada possua registro no CTF diferente do solicitado neste relatório, ela deverá apresentar o Certificado de Regularidade com nexos relevantes com a descrição do produto ofertado.

4.2.1.6 Caso futura contratada não tenha obrigação de CTF, ela deverá apresentar sua declaração assinada pelo responsável legal, dizendo que a Lei nº 6.938/81 e a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, desobrigam a inscrição da atividade constante do seu código CNAE.

4.2.1.7 Para os itens não classificados não será exigido o Certificado de Regularidade do CTF-APP por não ter sido observada na legislação.

Subcontratação

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.4.1 a garantia legal regulada pela Lei 8.078/90 já é o suficiente;

4.4.2 o produto já possui garantia de fábrica; e

4.4.3 o objeto não possui grandes complexidades, resume-se à compra e entrega, sua execução não deve gerar grandes danos a Administração Pública.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no endereço: Divisão de Plásticos e Madeiras (AMRJ-247), localizada no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (Ilha das Cobras, Ed. 2, Térreo, acesso pela Praça Barão de Ladário, s/nº, Bairro Centro, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20091-000). Entrega de 2ª a 6ª feira (exceto feriados), das 09h00min às 11h00min e de 13h30min às 15h30min, juntamente com Nota Fiscal Eletrônica, dados bancários e a ficha técnica do material. A contratada deverá informar a data prevista para entrega.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

6.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V); e

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (dias) úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverão ser observados o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e



7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7 O Interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13 Para fins de habilitação deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.21 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.26 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.29 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 41.143,50 (quarenta e um mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários elencados na tabela inserida no item 1.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 741000

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 236885

IV) Elemento de Despesa: 339030

V) Plano Interno: R90101001LO

11 INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE APÊNDICES:

Apêndice A – Modelo de Planilha de Cotação; e

Apêndice B – Relatório Ambiental.

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 2024.

Elaborado por:



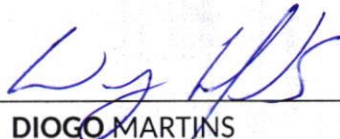
HELOISA BARROS BASTOS

Primeiro-Tenente (EN)

Encarregada da Divisão de Plásticos e Madeiras (AMRJ-247)

FISCAL DO CONTRATO

Verificado por:



DIOGO MARTINS

Capitão de Corveta (EN)

Chefe do Departamento da Produção

AMRJ-24

=====

ATO DE APROVAÇÃO

Nos termos do disposto no inciso II, do artigo 14, do Decreto n.º 10.024/19, com a finalidade de atender às Requisições de Materiais (RM) dos órgãos internos deste Arsenal, e conforme Portaria n.º 209/AMRJ de 11SET23, e ainda, de acordo com a Justificativa da Contratação constante da Autorização de dispensa de licitação, aprovo o presente Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2024.



ITALO RAMELLA

Capitão de Mar e Guerra (EN)

Superintendente Técnico

AMRJ-20